



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo regimental nº 209188-9/01- Comarca do Recife

Agravante: FUNAPE.

Agravadas: Cristina Rafael da Silva e outros.

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE VEDAÇÃO DE TUTELA ANTECIPADA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA UNANIMEMENTE REJEITADA. MÉRITO. PENSIONISTAS DE EX-SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. RESPONSABILIDADE FINANCEIRA DA FUNAPE. SÚMULA 63 DO TJPE. INTEGRATIVO IMPROVIDO. 1. Em matéria de benefício previdenciário não incide as limitações estabelecidas, em rol taxativo, previstas no artigo 1º da Lei nº 9.494/97, razão pela qual rejeitou-se a preliminar de vedação de tutela antecipada em face da Fazenda Pública. 2. Mérito. Não obstante o advento da Lei Federal nº 9.717/98, em razão dos servidores municipais terem recolhido, em vida, suas contribuições ao órgão previdenciário estadual, por força do inciso VI, do art. 4º, da Lei nº 7.551/77, tal órgão, em contrapartida, deve arcar com o ônus dos respectivos pensionamentos de forma efetiva. 3. Aplicabilidade da Súmula 63 desta E. Corte de Justiça. 4. Não há qualquer violação ao equilíbrio federativo no cumprimento daquela determinação, visto que não existe qualquer ingerência dos Municípios na autonomia político-administrativa do Estado de Pernambuco. 5. Integrativo unanimemente improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo regimental nº 209188-9/01, acima mencionado, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em rejeitar a preliminar de vedação de tutela antecipada em face da Fazenda Pública, e no mérito, negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 20 de maio de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Pass Barreto

Agravo regimental nº 209188-9/01- Comarca do Recife

Agravante: FUNAPE.

Agravadas: Cristina Rafael da Silva e outros.

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo regimental em face de decisão interlocutória que deferiu, em parte, a pretensão excepcional requerida, no sentido de determinar o pagamento nos contracheques das ora agravadas de pensão integral correspondente à totalidade dos vencimentos ou proventos dos servidores falecidos se vivo e na ativa estivesse, excluindo-se dos contracheques das agravadas Cristina Rafael Silva e Ivanilda Ferreira de Albuquerque o pagamento do Adicional de Risco de Vida e Horas Extras Diurnas, respectivamente.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, tendo em vista, preliminarmente, a vedação de tutela antecipada em face da Fazenda Pública e no mérito, a irresponsabilidade da FUNAPE pelo pagamento dos reajustes salariais das agravadas, pensionista de ex-servidores públicos municipais, em face da substancial alteração do sistema previdenciário brasileiro, com o advento da Lei nº 9.717/98, bem como à violação do princípio do pacto federativo.

Requer, ao final, o provimento do integrativo.

É o relatório.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto em face de decisão interlocutória que indeferiu a liminar pleiteada, no sentido de obstar o pagamento nos contracheques das ora agravantes de pensão integral correspondente à totalidade dos vencimentos ou proventos dos ex-servidores falecidos se vivos e na ativa estivessem. Em suas razões, de fls. 02/11, as agravantes alegam o direito de perceber seus respectivos pensionamentos no valor da totalidade dos proventos dos ex-servidores falecidos, à luz do auto-aplicável art. 40, § 5º (atual § 7º), da CF. Ao final, pugna pela atribuição de efeito substitutivo ativo ao presente recurso, e no mérito requer o seu provimento a fim de reformar a decisão recorrida em definitivo. Acosta documentos de fls. 12/142. Feito o breve relato, cumpro-me decidir monocraticamente. Inicialmente, verifico presentes os requisitos de admissão do presente recurso de agravo de instrumento, previstos nos arts. 522 e 525, ambos do CPC. É cediço que em matéria de benefício previdenciário não incidem as limitações estabelecidas, em rol taxativo, previstas no artigo 1º da

Lei nº 9.494/97. Ademais, em se tratando de direito previdenciário de trato sucessivo, que se renova mês a mês, não há que se cogitar em prescrição de fundo de direito, a teor do contido na Súmula nº 85 do STJ. Impende ressaltar que a partir da promulgação da EC nº 41/2003 inexistia mais a paridade ou a isonomia de vencimentos e proventos de servidores públicos ativos e inativos, assegurando a Carta Magna, apenas, a revisão dos benefícios, de forma a lhes preservar o valor real, entretanto, a regra da paridade plena é, destarte, aplicável hoje, exclusivamente aos que já eram aposentados e pensionistas na data de sua publicação, a teor do que dispõe o seu art. 7º, o que se afeiçoa ao caso em comento. É certo ainda que como as agravantes já se apresentavam como pensionistas, não se pode perder de vista a auto-aplicabilidade do parágrafo §8º do art. 40 da Magna Carta, com redação da época, de sorte que os pensionamentos de ex-servidores públicos devem resguardar plena correspondência de valores com a totalidade dos vencimentos dos servidores na ativa. Corroborando o acima exposto, a jurisprudência mansa e pacífica do Supremo Tribunal Federal, conforme arestos adiante colacionados: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. EX-SERVIDORES DA FEPASA. REGIME ESTATUTÁRIO. PENSIONISTAS. PENSÃO INTEGRAL. AUTO-APLICABILIDADE DO ARTIGO 40, § 5º (ATUAL § 7º) DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. Orientação de ambas as Turmas deste Tribunal no sentido de que os antigos ferroviários que atuavam perante a extinta FEPASA estavam submetidos ao regime jurídico estatutário e não à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. 2. Recebimento de pensão por morte no valor da totalidade dos vencimentos ou proventos dos servidores falecidos, à luz do auto-aplicável art. 40, § 5º (atual § 7º), da Constituição do Brasil, observado o teto inscrito no art. 37, XI, da CB/88. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento (AI-AgR 548235, T2, Rel. Min. Eros Grau, DJ de 15/05/2007). No mais, impende destacar que, inobstante o acima exposto, é de suma importância ressaltar que gratificações de natureza *propter laborem* não são incorporáveis para fins de aposentadoria ou pensionamento, porquanto sua concessão está condicionada ao exercício de atribuições específicas ou em face das condições excepcionais do serviço. Nesse mesmo diapasão, a jurisprudência do STJ, conforme aresto adiante ementado: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 CPC. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. POLICIAL MILITAR. CABO DA ATIVA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. EXTENSÃO DE VANTAGEM. GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. INOCORRÊNCIA. VANTAGEM PROPTER LABOREM. AUSÊNCIA DE LINEARIDADE E GENERALIDADE. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA A COMPLEMENTAÇÃO DO JULGADO. I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade. Havendo um dos requisitos - omissão - o recurso integrativo deve ser acolhido. II - Consoante jurisprudência dominante nesta Corte, inviável a extensão a outros servidores públicos ou militares, da Gratificação de Encargos Especiais concedida aos Coronéis por ato administrativo, ante a inexistência de previsão legal. III - Aplica-se à espécie, o entendimento consolidado na Súmula 339 do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual não cabe ao Judiciário aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento da isonomia. IV - Não há que se falar em ofensa ao art. 37, X da Constituição Federal ante a impossibilidade de extensão de vantagem *propter laborem* concedida aos servidores em exercício em razão de suas atribuições específicas. V - Embargos acolhidos apenas para, reconhecendo a ocorrência de omissão, complementar o aresto embargado, sem alteração da conclusão do julgado (EDcl no AgRg no RMS 21023, T5, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ 07/11/2006). Dessa monta, ao menos neste juízo de cognição sumária, verifico que as Certidões de fls. 28 e 33 atestam que os falecidos maridos das pensionistas Cristina Rafael Silva e Ivanilda Ferreira de Albuquerque, se vivos e na ativa estivessem, estariam recebendo Adicional de Risco de Vida e Horas Extras Diurnas, gratificação que apresenta natureza *propter laborem*, razão pela qual não podem ser

incorporadas aos proventos de aposentadoria ou estendida aos pensionistas. Por todo o exposto, com base nos requisitos do art. 558 do CPC, defiro, em parte, a pretensão excepcional requerida, no sentido de determinar o pagamento nos contracheques das ora agravantes de pensão integral correspondente à totalidade dos vencimentos ou proventos dos servidores falecidos se vivo e na ativa estivesse, excluindo-se dos contracheques das agravantes Cristina Rafael Silva e Ivanilda Ferreira de Albuquerque o pagamento do Adicional de Risco de Vida e Horas Extras Diurnas, respectivamente. Oficie-se o juízo de origem acerca do conteúdo da presente decisão, para o necessário cumprimento e para que preste informações dentro do prazo legal, conforme proclama o art. 527, IV do CPC. Intime-se a parte agravada ao contraditório. P. e I. Recife, 4 de março de 2010, Des. Ricardo Paes Barreto, Relator.

Inicialmente, impende mencionar que a decisão monocrática desta relatoria é bastante clara quanto ao fato de que em matéria de benefício previdenciário não incidem as limitações estabelecidas, em rol taxativo, previstas no artigo 1º da Lei nº 9.494/97.

No mérito, é cediço que com o advento da Lei Federal nº 9.717/98, restaram obstados os convênios e consórcios entre os entes da federação para fins de pagamento de benefícios previdenciários, todavia, faz-se mister salientar a ressalva feita pelo seu art. 10 acerca da permanência da responsabilidade do ente instituidor do sistema previdenciário pelos pagamentos dos benefícios já concedidos, assim como pelos casos em que os requisitos necessários à sua concessão já houvessem sido implementados.

Logo, em razão dos servidores municipais terem recolhido, em vida, suas contribuições ao órgão previdenciário estadual, por força do inciso VI, do art. 4º, da Lei nº 7.551/77, tal órgão, em contrapartida, deve arcar com o ônus dos respectivos pensionamentos de forma efetiva, mesmo diante do advento da Lei Federal nº 9.717/98.

Nesse passo, a Súmula 63 deste E. Corte de Justiça dispõe que:

Súmula 63 – Não obstante ter a Lei Federal vedado a celebração de convênios entre os entes federativos para pagamento de benefícios previdenciários, a autarquia previdenciária estadual continua responsável pelo pagamento dos benefícios integrais aos pensionistas de ex-servidores municipais que, na época da edição do mencionado diploma normativo, tenham adquirido este direito.

No mais, esta Corte de Justiça entende que não há qualquer violação ao equilíbrio federativo no cumprimento daquela determinação, visto que não existe qualquer ingerência dos Municípios na autonomia político-administrativa do Estado de Pernambuco, conforme arestos adiante ementados:

PENSIONISTAS DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. CF, ART. 40, § 8º. PARIDADE COM OS SERVIDORES ATIVOS. CABIMENTO. RESPONSABILIDADE FINANCEIRA DA FUNAPE. 1. Conforme reiterados precedentes jurisprudenciais citados, nos termos do § 8º do art. 40 da CF, o valor dos benefícios de inativos e pensionistas deve ser igual à totalidade dos vencimentos dos servidores ativos, respeitado, por óbvio, eventual teto legal. 2. O texto constitucional é imperativo e comanda ao administrador público o imediato pagamento, até por cuidar-se de verba previdenciária e de conteúdo alimentício. 3. Os servidores municipais em vida recolheram suas contribuições ao órgão previdenciário estadual, por força do inc. VI, do art. 4º da Lei nº 7.551/77, o qual, em

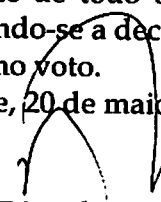
157 23
C

contrapartida, deve arcar com o ônus dos respectivos pensionamentos de forma efetiva, mesmo diante do advento da Lei Federal nº 9.717/98. 4. Não vulneração dos arts. 169 da CF; 5º da Lei nº 4.348/64 e 2º-B da Lei nº 9.494/97. 5. Recurso unanimemente improvido (RA 99388-2/01, 8CC, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 31/8/2007).

Diante de todo o exposto, nego provimento ao presente agravo regimental, mantendo-se a decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 20 de maio de 2010


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator